



## UM PASSEIO ENTRE AS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

LETHICIA S. FERREIRA DE OLIVEIRA<sup>76</sup>

PEDRO RAFAEL CHALEGRE CAVALCANTI<sup>77</sup>

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é compreender as diferentes perspectivas teóricas desenvolvimentistas, perpassando os aspectos do desenvolvimento no sentido econômico, do “velho” ao “novo”, do subdesenvolvimento e às práticas desenvolvimentistas. A análise do conteúdo é feita através de revisão bibliográfica, sendo uma ramificação de projeto de pesquisa realizada pelos autores.

**Palavras-chave:** desenvolvimentismo; neo-desenvolvimentismo; subdesenvolvimento.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to understand the different developmental theoretical perspectives, going through the aspects of development in the economic sense, from the “old” to the “new”, underdevelopment and developmental practices. Content analysis is done through literature review, being a branch of research project carried out by the authors.

**Keywords:** Development; Neo-development; Underdevelopment.

### INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimento” carrega consigo o signo do progresso. Progresso no sentido de superação de uma situação por outra. É possível encontrar a noção de desenvolvimento em diversos campos da ciência, cada um com sua particularidade.

Desde um “desenvolvimento biológico”, seja no sentido natural (com as ciências biológicas) ou social (com o darwinismo social); o que mais esteve em pauta nos últimos séculos, entendendo que a maior parte das sociedades no planeta está sob o modo de produção capitalista, cuja característica própria é acorrentar todas as possibilidades de desenvolvimento ao lucro, isto é, de um desenvolvimento tecnológico a um desenvolvimento pura-

<sup>76</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela UFRPE. Afiada ao LABOR - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Afiada a FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: lethicia.stheffany@gmail.com.

<sup>77</sup> Graduando em Ciências Sociais pela UFRPE. Afiado ao LABOR - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Afiado a FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: pedrorafaelchalegre@gmail.com.



mente econômico.

As teorias desenvolvimentistas se propuseram a fazer uma crítica a modelos que vigoravam anteriormente destas, advogar, ou pautar reformas. Podemos tomar como exemplo o antagonismo entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, a teoria do subdesenvolvimento e as propostas do neo-desenvolvimentismo. Todavia, as críticas desenvolvimentistas não se residem aos contrapontos internos. Ao analisar a história das políticas públicas brasileiras, e do mundo, é possível perceber que há uma espécie de revezamento de planos. Hora desenvolvimentismo, hora liberalismo, e assim sucessivamente.

Entre as concepções do desenvolvimento, desenvolvimentismo, novo-desenvolvimentismo e o subdesenvolvimento existem semelhanças, entretanto, a maior afinidade entre as teorias é como estas se manifestam no Brasil: não se trata apenas um plano econômico, mas, principalmente, de diretrizes partidárias. De toda forma, é importante ressaltar que não era o objetivo das políticas desenvolvimentistas a criação de uma agenda radical de reformas sociais, ainda que estivesse nos planos mudanças socioeconômicas.

Nas palavras de João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel (2007), o novo-desenvolvimentismo não objetivava pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte um mercado fraco. Esta alternativa também não objetivaria construir o caminho para a direção oposta, em que unicamente o mercado comandaria a economia, com um Estado fraco.

Sendo assim, o principal objetivo do presente artigo é análise do balanço do que alguns autores subtendem como teorias desenvolvimentistas - desenvolvimentismo, subdesenvolvimento e neo-desenvolvimentismo, ao passo que realiza um esforço de diálogo entre as teorias nas conclusões finais.

## OBJETIVOS

Se tratando de “teorias do desenvolvimento”, compreendem-se as discussões sobre o que seriam as categorias de desenvolvimento, desenvolvimentismo, e o neo-desenvolvimentismo, além disso, o artigo se perpassa com a discussão sobre os processos de aprofundamento das desigualdades sociais e regionais, através da teoria do subdesenvolvimento.

Sendo assim, o artigo tem como objetivo analisar o que alguns autores entendem como desenvolvimento, desenvolvimentismo e neo-desenvolvimentismo, enquanto dialoga com o debate acerca do subdesenvolvimento realizado por Celso Furtado, para desse modo, conseguir, além de compreender as categorias, trata-las de forma dialógica e comparativa.



## METODOLOGIA

O presente artigo é construído enquanto ramificação do projeto de pesquisa, cujo título é O Novo Desenvolvimentismo no Nordeste: a recente Industrialização na Zona da Mata Norte de Pernambuco e a Reconfiguração das Relações de Trabalho, que busca compreender as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, trabalhistas e ambientais advindas da recente industrialização da região que denominamos como Polo Goiana - entende-se como Polo Goiana catorze municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco e cinco municípios da Zona da Mata Sul da Paraíba.

O projeto de pesquisa caracteriza-se como quantitativo e qualitativo, visto que conta com dados primários e a análise de microprocessos. Para que fosse possível compreender os microprocessos presentes no universo de estudo, foi necessário o acompanhamento sistemático do Fórum Goiana em Ação, onde várias entidades atuantes do Município de Goiana fazem parte. Contudo, ainda que os dados primários e o acompanhamento sejam importantes, foi necessário buscar autores que debatessem as teorias desenvolvimentistas para tentar localizar a experiência do Polo Goiana nas agendas do governo federal, estadual e municipal.

Desta forma, o artigo manifesta-se como um ramal da pesquisa, visto que uma das propostas do projeto é a análise do processo redistributivo que o Polo Goiana se propõe a ser, situando a pesquisa entre crescimento e desenvolvimento. Dito isso, o estudo configura-se como um trabalho de cunho qualitativo, visto que atua de maneira heterodoxa quanto às análises acerca do entendimento do que seria o desenvolvimentismo, novo desenvolvimentismo e o subdesenvolvimento.

O trabalho propõe esmiuçar as teorias desenvolvimentistas e neo-desenvolvimentistas, enquanto dialoga com o subdesenvolvimento, proposto por Celso Furtado em Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, e o Mito do Desenvolvimento Econômico.

## DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO

O significado do Desenvolvimento, dentro de uma perspectiva socioeconômica, está atrelado a dois fatores: alocação de recursos e a influência do Estado nas relações de mercado. (FURTADO, 1963; BONENTE; CORRÊA, 2015).

Importante ressaltar tal fato, pois as diferentes proposições desenvolvimentistas são, em síntese, um meio de manutenção das relações de produção capitalista. É possível notar essa característica quando Marx (1975) trata do desenvolvimento enquanto um meio de aprofundamento das desigualdades referentes à contradição entre capital e trabalho, o



autor faz diversas referências a desenvolvimento enquanto “desenvolvimento das forças produtivas” e no sentido econômico.

O modo de produção capitalista se desenvolve economicamente baseado na alocação de recursos e no acúmulo de capital. Quando tratamos de um setor de produção, o acúmulo de capital decorre, principalmente, do aumento do uso da força de trabalho e/ou da implementação de técnicas de eficiência e gestão dos meios de produção.

Levando em conta então o processo de expansionismo do capitalismo, polos distintos são criados, dando origem a um sistema de divisão internacional do trabalho. Essa divisão internacional do trabalho setoriza mundialmente o papel dos diversos países na distribuição de recursos e reorganiza sua alocação.

Os países “Desenvolvidos” são entendidos então como o Centro do Capitalismo, e os países “Subdesenvolvidos” sua periferia. O capitalismo, como explicita Celso Furtado (1963; 1974) se organiza mundialmente, no sentido de criar uma dependência econômica em países periféricos, colocando-os sob uma “função” definida na divisão internacional de trabalho: 1) disponibilidade de mão de obra barata e 2) produção para exportação.

Um contexto importante para apreender dentro das relações de desenvolvimento, apesar da condição de “linearidade” o qual essas teorias são colocadas, é que elas fazem parte de um processo autônomo dentro dos diferentes graus de relação ou imposição entre países de centro e periferia.

Dito isso, a teoria do Subdesenvolvimento visa apreender as condições históricas e materiais que levaram determinadas regiões a serem condicionadas a essa posição.

Celso Furtado (1963, p. 180) aponta como uma das linhas do desenvolvimento industrial da Europa no século 18 e posteriormente, uma condição peculiar: o processo de ocupação econômica de regiões com economias pré-capitalistas. Pré-capitalistas no sentido de que não se baseavam nas relações mais “modernas” de produção e distribuição de bens de consumo e de capital. O processo de contato e fixação do capitalismo dentro dessas regiões, especialmente as colônias, provocou um processo de hibridismo econômico: a convivência mútua entre relações econômicas capitalistas e diferentes tipos de práticas econômicas e sociais, num dinamismo baseado numa divisão internacional de trabalho.

Explicita o autor que pode ser considerado como condição de subdesenvolvimento tanto uma relação entre capitalismo e economias pré-capitalistas quanto um capitalismo onde as forças produtivas estariam desenvolvidas, porém o papel do país na divisão internacional do trabalho não estaria no mesmo patamar dos centros, provocando também um hibridismo. (FURTADO, 1963).



Desse modo, o autor compreende uma condição de subdesenvolvimento como um processo de movimento, e não de linearidade, isso é: Existe um histórico de autonomia relativa do processo de subdesenvolvimento, não sendo esse uma característica específica, ou uma “fase” exata pela qual teriam passado os países desenvolvidos.

*[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. (FURTADO, 1963, p. 191).*

E complementa:

*A nossa hipótese central é a seguinte: o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional. (FURTADO, 1974, p. 78).*

Isso é: o subdesenvolvimento é decorrente da busca por novos mercados e meios de aumento de lucro; insere-se assim um meio de produção em determinada região, rearranjando a distribuição geral da força de trabalho e criando um processo de produção diversificado. Essa relação de penetração de empresas estrangeiras cria relações econômicas de dependência.

*O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível (FURTADO, 1963, p. 87).*

A noção do subdesenvolvimento a partir de Celso Furtado foi uma enorme contribuição à estruturação do que seria um desenvolvimentismo adequado a países latinos. O desenvolvimentismo é pensado como superação dos déficits causados por um legado colonial. O nacional desenvolvimentismo, como ficou conhecido no Brasil, delegou ao Estado a superação dos problemas estruturais.

De acordo com Vera Cepêda, o desenvolvimentismo pode ser sintetizado da seguinte forma:

*(1)entendimento da economia como um sistema nacional integrado, uma totalidade que não pode ser reduzida a setores produtivos, regiões ou atores; 2) crítica aos automatismos de mercado e, conseqüentemente, afastamento das matrizes do liberalismo econômico; valorização de mecanismos de regulação estatal e de políticas de estímulo/desentrave da produção, anelando economia e política, com função de transformação social profunda; 3) preponderância dos interesses industriais como fator propulsor da cadeia dinâmica da economia (nesse caso aceitando*



*o argumento da economia do lado da oferta); 4) oposição externo versus interno, apoiando-se em uma tese de antagonismo entre interesses mundiais e nacionais, fortalecendo barreiras protecionistas e investimentos pesados nos segmentos mais vitais da economia doméstica; 5) superação do paradigma de especialização liberal (vantagens competitivas) e esforço de desenvolvimento de um aparelhamento econômico diversificado, autônomo e completo, especialmente nos segmentos estratégicos (infraestrutura, indústria de base, setores tecnológicos e qualificação profissional); 6) protagonismo diretivo do Estado via planejamento e o uso da ideia de nação como base desse pacto social. (CEPÊDA, 2012, p.84)*

De maneira geral, o velho desenvolvimentismo está centrado na resolução dos estrangulamentos do mundo produtivo.

### O NEO-DESENVOLVIMENTISMO

O início do século XXI foi marcado pelo apogeu do modelo neoliberal de mercado na América Latina, principalmente no Brasil, fato resultante da crise financeira da década de 90. Entretanto, apesar da aparente consolidação do neoliberalismo, propostas governamentais e políticas opostas ganharam a atenção do eleitorado, que pouco a pouco elegeu uma centro-esquerda progressista. É nesse contexto que se funda o neo-desenvolvimentismo: como uma resposta ao modelo neoliberal.

O neo-desenvolvimentismo funciona como a retomada do “velho desenvolvimentismo”, que se caracterizava pela tutela estatal no fomento à indústria. No Brasil, o novo desenvolvimentismo foi introduzido, principalmente, pelas mãos de Luiz Carlos Bresser-Pereira, que reeditava um diagnóstico elaborado por neoestruturalistas e economistas heterodoxos (de tradições diversas) nos vinte anos anteriores. (BONENTE, CORRÊA, 2015, p. 112).

Segundo Bresser-Pereira, o novo desenvolvimentismo é um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. (BRESSER-PEREIRA, p. 2009).

Ao descrever o novo desenvolvimentismo Bresser não se detém à economia e às políticas públicas. O autor retoma o legado histórico brasileiro para a compreensão dos planos de desenvolvimento brasileiro. Para Bresser-Pereira, países ex colônias sentem a dificuldade em estruturar um plano de desenvolvimento pois este se apoia no nacionalismo, já que o desenvolvimentismo propunha ao novo empresariado industrial a associação a chefes de estados, técnicos, para que formassem uma burguesia nacional.



No artigo Desenvolvimento sem “ismo”: uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx, Bianca Bonete e Hugo Corrêa retomam Bresser-Pereira para distinguir o novo e o velho desenvolvimentismo.

*(i) antes se defendia que a base do desenvolvimento seria a industrialização por substituição de importações, enquanto hoje se defende o crescimento com base nas exportações; (ii) antes acreditava-se que o Estado deveria viabilizar a industrialização gerando os recursos (via poupança forçada) e executando os investimentos, ao passo que hoje crê-se que ele deve apenas criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas; (iii) a política industrial é deslocada de um papel central para um “papel acessório” na estratégia de desenvolvimento; (iv) os déficits fiscais e (v) a inflação deixam de ser aceitos em qualquer hipótese. (BONENTE, CORREA, 2015, apud BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 47).*

O novo desenvolvimentismo, segundo Bonete e Corrêa, caracteriza-se pela defesa da transformação produtiva com equidade. Todavia, tal transformação não é radical, visto que não propõe uma transformação social. O novo-desenvolvimentismo se concretizará pela coordenação de políticas fiscais, monetárias, cambiais e salariais. Tais mudanças gerariam estabilidade e um capitalismo progressista. Neste ponto Bonete e Corrêa concordam com Bresser-Pereira no que diz respeito à criação de uma burguesia nacional através dos incentivos estatais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas desenvolvimentistas, da velha à nova, tiveram ampla difusão no Brasil, em especial no pensamento político. Entendendo-a como um processo de manutenção do capitalismo, essa difusão sofreu grandes alterações em seus sentidos teóricos.

Da esquerda à direita, o velho e o novo desenvolvimentismo foram objeto de disputa e prática recorrente. Inseridos dentro do espaço ideológico brasileiro num forte confronto com as teorias e práticas liberais e neoliberais. A experiência brasileira, porém, mostra a atualidade da teoria do subdesenvolvimento, entendendo que o desenvolvimentismo não conseguiu superar condições ideológicas estruturais de desigualdade.

O desenvolvimentismo e o neo-desenvolvimentismo brasileiros, em suas diferentes formas de implementação no Brasil, pintaram um quadro que não conseguiu quebrar com a influência e agência dos países centrais sobre os de periferia. Isto devido ao fato de que ainda que o desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo tenham sido projetos políticos postos em prática pelo Estado, foi pensado por uma elite hegemônica e concentradora de renda.



O constante retorno de projetos aproximados de modelos fascistas e neoliberais é exemplo de que os projetos desenvolvimentistas brasileiros não conseguiram criar uma cultura institucional própria que pense o “progresso” real do projeto de nação, e, conseqüentemente, mesmo com um desenvolvimento econômico expressivo, a chaga do subdesenvolvimento tem continuidade sem data para acabar.

Todavia, as teorias desenvolvimentistas foram de suma importância para garantir uma redistribuição, ainda que mínima, para a população. Foi dentro do novo desenvolvimentismo que foi possível pensar a experiência da recente industrialização do Polo Goiana/PE, bolsa família e afins. Entretanto, o novo desenvolvimentismo é alvo de críticas quanto ao seu caráter conciliatório com as elites.

Um novo “modelo de desenvolvimento”, inspirador aos críticos do entendimento desenvolvimentista comum, é o Estado moderno de Kerala. Criado em 1956, onde em 1957 aconteceu as eleições legislativas, e o vencedor foi o Partido Comunista da Índia, que promoveu a reforma agrária, a saúde, a educação e o fortalecimento do sistema de distribuição de alimentos e outros bens essenciais, além da descentralização do poder ao nível dos panchayats, que são as menores instâncias de poder, os vilarejos, que deram lugar a políticas de governo local com intensa participação popular. (COSTA LIMA, 2012, p. 147).

Com isso, é de suma importância que se faça o resgate de teorias como a do subdesenvolvimento, ao mesmo tempo que pensemos formas que abandonar a lógica institucional do capitalismo. Para pensar um verdadeiro “desenvolvimento” que fuja dessa imposição dos países de centro, é necessário quebrar com as experiências desenvolvimentistas já praticadas no Brasil, superar o Desenvolvimento como manutenção por um Desenvolvimento como transformação.





## REFERÊNCIAS

BONENTE, Bianca; CORRÊA, Hugo Figueira. **Desenvolvimento sem**

**“ismos”**: uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos

**Grundrisse de Marx**. Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional**. São Paulo em Perspectiva: São Paulo, 2006.

CEPÊDA, Vera. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo - um balanço histórico**. Estudos Avançados: São Paulo, 2012.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1963.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1974.

COSTA LIMA, Marcos. **Repensando as teorias do desenvolvimento na América Latina e na Índia**. PUC-RIO: Rio de Janeiro, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. Edições 70: Lisboa, 1975.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. **Por que novo-desenvolvimentismo?** s/e. Revista de Economia Política. v. 27, p. 507-524, 2007.